

ACCOUNTABILITY NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: NOTAS INTRODUTÓRIAS SOBRE ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E SEUS TENSIONAMENTOS

Ana Cléia Gomes da Silva
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
anacleiag@mail.uft.edu.br

Rosilene Lagares
Universidade Federal do Tocantins (UFT)
roselagares@uft.edu.br

INTRODUÇÃO

Com o tema *accountability* em educação, referenciando-nos teórica e metodologicamente no materialismo histórico-dialético (FRIGOTTO, 1989) e assentados em revisão bibliográfica, este trabalho tem por objetivo apresentar compreensões sobre elementos teórico-conceituais da *accountability* educacional no Brasil, considerando os tensionamentos que perpassam a discussão.

ACCOUNTABILITY NO CAMPO EDUCACIONAL: ELEMENTOS TEÓRICO-CONCEITUAIS E TENSIONAMENTOS

No Brasil, em especial, a partir dos anos 1990 começa o movimento de implementação de políticas de *accountability* na educação, o que têm provocado discussões no que se refere a sua compreensão, assim como em seu desenvolvimento.

A palavra “*accountability*”, de origem inglesa, embora frequentemente utilizada como sinônimo de prestação de contas, apresenta alguma instabilidade semântica porque corresponde, de fato, a um conceito com significados e amplitudes plurais, como defendido por Afonso (2009). Nessas circunstâncias, o autor pontua que:

As políticas em torno de *accountability* em educação, que contam já com um percurso relativamente longo em países como os EUA, têm sido, no entanto, marcadas, em muitos outros contextos, por oscilações mais ou menos acentuadas, a que não são indiferentes os regimes políticos, a natureza dos governos e os dinamismos emergentes das sociedades civis nacionais e transnacionais. (AFONSO, 2009, p. 58).

Tais tensionamentos sobre seu significado e sua inserção nas políticas educacionais estão interligados aos

[...] projetos societários [que] foram surgindo na busca por alternativas e contraposição ao(s) modelo(s) existente(s). Na medida em que vão sendo sistematizados, buscam ganhar espaço com foco na tomada do poder, o que significa dizer que são coexistentes e estão sempre em disputa. (COUTINHO, 2018, p. 36).

Como a educação é um campo em disputa, tendo em vista os debates e a luta pela efetivação das políticas educacionais, trata-se também de um campo de contradições permanente.

A educação, nesse contexto, é foco de tensionamento, pois como política social é um importante *lócus* de disseminação, construção e produção da cultura e do conhecimento; sendo ora vista como promotora de emancipação sociopolítica, ora como instrumento de reprodução ideológica. Sendo assim, consideramos relevante analisar a política pública educacional situada no contexto de projetos societários diferentes, a fim de desvelar conceitos, ideias e objetivos subjacentes ao seu delineamento, pois estes ressoarão na opção de gestão que se fará. (COUTINHO, 2018, p. 36).

Nessa perspectiva, Azevedo (2004) explicita que as análises devem se dar observando tanto as estruturas de poder e os conflitos engendrados na trama social, quanto os recursos de poder que atuam na definição de políticas públicas e que têm como principal referência as instituições do Estado (COUTINHO, 2018, p. 36).

Segundo Schneider (2017), o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), instituído em 2007, representou a vanguarda do modelo de *accountability* na perspectiva gerencial no Brasil:

Representou um avanço em relação ao modelo de *accountability* em curso no Brasil e às condições de implementação de medidas mais auspiciosas de prestação de contas e responsabilização. Constituído por informações sobre o fluxo escolar e o desempenho dos estudantes em exames do Saeb e da Prova Brasil, o Ideb comporta um conjunto de metas objetivas e progressivas por escola e redes públicas de ensino, possibilitando acompanhamento de todas as escolas de educação básica que participam das avaliações externas. (p. 167).

Com essa perspectiva, o IDEB constituiu uma fase inicial de construção de um modelo de *accountability* em educação (SCHNEIDER; NARDI, 2014), com repercussões em outras políticas em âmbito nacional, estadual e municipal (LAGARES; NARDI, 2020), as quais carecem ser pesquisadas para subsidiar os debates.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo por objetivo apresentar compreensões sobre elementos teórico-conceituais da *accountability* educacional no Brasil, considerando os tensionamentos que perpassam a discussão, importa-nos contextualizar que nacionalmente esse debate iniciou-se nos anos 1990, juntamente, com as reformas de Estado, com sentido/natureza voltados ao modelo de gestão gerencialista nos moldes neoliberais.

Se, para Afonso (2009), a *accountability* é composta por três pilares que se complementam (prestação de contas, responsabilização e avaliação), no Brasil, ela se inicia e tem força com a avaliação de larga escala.

Nessas circunstâncias, sobressaem: a) a necessidade de adentrar na compreensão das concepções de Estado, elemento-chave na análise das políticas educativas (AFONSO, 2009); e b) a defesa da perspectiva democrática de *accountability* (AFONSO, 2012), tensionando a perspectiva gerencial.

REFERÊNCIAS

AFONSO, Almerindo Janela. Para uma conceitualização alternativa de *accountability* em educação. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 471-484, abr./jun. 2012.

AFONSO, Almerindo Janela. Políticas avaliativas e *accountability* em educação: subsídios para um debate ibero-americano. **Sísifo**, Lisboa, n. 9, p. 57-69, maio/ago. 2009.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **A educação como política pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004.

COUTINHO, Luzenir Poli. **Gestão democrática na construção da Meta 19 do Plano Nacional de Educação**: descortinando concepções subjacentes e/ou em disputa. 2018. 166f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) – Universidade Federal do Tocantins, Palmas, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989.

LAGARES, Rosilene; NARDI, Elton Luiz. Da introdução de dispositivos de *accountability* em educação na Amazônia Tocantinense à (re) configuração de arranjos institucionais de gestão: lógica da regulação por resultados. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 15, p. 196-209, 2020.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual; NARDI, Elton Luiz. O IDEB e a construção de um modelo de *accountability* na educação básica brasileira. **Revista Portuguesa de Educação**, v. 27, n. 1, p. 7-28, 2014.

SCHNEIDER, Marilda Pasqual. Tessituras intergovernamentais das políticas de *accountability* educacional. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 55, n. 43, p. 162-186, jan./mar. 2017.